



ENTRE A FINALIDADE REVOLUCIONÁRIA E OS MEIOS DE LUTA: O ANARCO-COMUNISMO E O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO JORNAL *A TERRA LIVRE* (1905-1910)

Andre Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá, Brasil
andre_rskt@hotmail.com

RESUMO

O presente documento tem por objetivo analisar a trajetória do jornal *A Terra Livre* e a sua relação com o anarco-comunismo e o sindicalismo revolucionário. De modo crítico à interpretação produzida pela historiografia brasileira do movimento operário da década de 1980, que colocava *A Terra Livre* como um jornal anarcossindicalista e que fazia uma contraposição às concepções de *La Battaglia*, visto como anarco-comunista e contrário à luta sindical, procuramos demonstrar que o jornal tinha uma relação muito próxima com os princípios anarco-comunistas, tal como aparece nas obras de Piotr Kropotkin, Errico Malatesta e Élisée Reclus, e que o posicionamento favorável às lutas sindicais sustentado por seus editores não era anarcossindicalista, mas uma concepção anarquista organizacional do sindicalismo revolucionário.

Palavras-chave: *A Terra Livre*. Anarco-comunismo. Sindicalismo revolucionário.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a trajetória do jornal *A Terra Livre* e a sua relação com o anarco-comunismo, visto como uma finalidade a ser alcançado pela revolução social e com o sindicalismo revolucionário, compreendido aqui como um instrumento de luta a ser utilizado pelos anarquistas para se chegar a esse fim.

De forma crítica à perspectiva historiográfica do movimento operário produzida nos anos 1980, que colocava esse jornal como partidário do anarcossindicalismo e que fazia uma contraposição ao viés anarco-comunista do periódico libertário *La Battaglia*, que era contrário à organização sindical dos trabalhadores, acreditamos que essa tese está parcialmente equivocada, pois, apesar desses dois jornais terem perspectivas distintas sobre o movimento operário e o sindicalismo, em nenhum momento o jornal *A Terra Livre* se autodenominou anarcossindicalista e muito menos se posicionou contra o anarco-comunismo, tal como aparece nas obras clássicas de Errico Malatesta, Piotr Kropotkin e Élisée Reclus.¹

¹ Como exemplo dessa vertente, podemos destacar as obras *Anarquismo e anarcossindicalismo* de Giuseppina Sferra (1987) e *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)* de Silvia Ingrid Lang Magnani (1982).



Dessa forma, acreditamos que essa perspectiva historiográfica fez um uso equivocado dos conceitos de anarco-comunismo e de anarcossindicalismo, pois as ideias anarco-comunistas tiveram uma influência enorme sobre o corpo editorial do *A Terra Livre* e que o posicionamento favorável à organização operária defendida por esse jornal não era anarcossindicalista, mas uma concepção anarquista do sindicalismo revolucionário, fortemente influenciada pela *Confédération Générale du Travail* (CGT), que era uma espécie de central sindical francesa.

Também partimos de uma perspectiva crítica às interpretações historiográficas mais recentes, como o caso da historiadora Edilene Toledo (2004a) (2004b), que tenta desvincular o sindicalismo revolucionário do anarquismo no Brasil, colocando-os como movimentos separados, sendo que o primeiro foi a corrente hegemônica dentro no movimento operário na Primeira República. Ao analisarmos a trajetória do *A Terra Livre*, o principal jornal anarquista de viés organizacional de São Paulo na primeira década do século XX, o sindicalismo revolucionário parece ter sido mais um meio de atuação no movimento operário fortemente impulsionado pelo anarquismo do que um movimento político que se bastava a si próprio. Dessa forma, a interpretação de Tiago Bernardon de Oliveira (2018, p. 217-218) sobre a relação do anarquismo com o sindicalismo revolucionário no Brasil nos parece ser a mais plausível:

Neste sentido, embora possamos, de fato, verificar militantes ligados a correntes políticas distintas em entidades que se apresentavam como sindicalistas revolucionários “puros”, entendo que, para o caso brasileiro, o sindicalismo revolucionário não se constituiu exatamente como uma corrente com um corpo político próprio, mas, antes de tudo, um conjunto de princípios que funcionariam como balizas para permitir à militância anarquista promover sua propaganda nos meios operários. Ou, dito de outra forma, a relevância do sindicalismo revolucionário no Brasil deveu-se ao movimento anarquista; e o movimento anarquista, por sua vez, teve no sindicalismo revolucionário o principal canal (ainda que não único), de difusão de suas ideias junto à classe operária brasileira, conferindo-lhe relevância como corrente política durante a Primeira República.

Para o desenvolvimento do presente estudo iremos nos valer de alguns conceitos relacionados ao movimento anarquista que foram aprofundados no campo acadêmico por alguns pesquisadores simpáticos a essa corrente política, como o caso de Felipe Correa (2018) e Lucien Van der Walt (2016). Esses autores têm trazido à tona as divisões que ocorriam dentro do próprio movimento anarquista e também melhor compreendido as ligações dessa corrente política com as organizações sindicais e os movimentos sociais dos trabalhadores.

De acordo com Lucien Van der Walt (2016, p. 95-96) o movimento anarquista tem se dividido historicamente entre dois grupos principais que defendem estratégias distintas de ação



para tentarem chegar à revolução social. O primeiro grupo é o anarquismo insurrecional, também conhecido como antiorganizacional, que defende que as reformas, mesmo que surjam devido às lutas sociais, tem caráter ilusório e acabam por colaborar com a manutenção do status quo, afastando assim os trabalhadores de caminharem definitivamente à revolução e fazendo com que gastem suas energias lutando apenas por melhorias imediatas. Essa corrente geralmente defende associações informais, fragilmente estruturadas e que atuam por meio da educação, propaganda e/ou ações violentas, sendo contrários a organizações formais como os sindicatos, que são entendidos como órgãos autoritários e reformistas, ineficazes para fomentar uma transformação social (CORRÊA, 2015, p. 244). Mesmo que de forma crítica, muitos anarquistas antiorganizacionistas participaram dos movimentos sociais, como greves, mas sempre querendo afastar os trabalhadores do reformismo e tentando impulsionar medidas mais radicais rumo à revolução social.

O segundo grupo é o anarquismo de massas, também conhecido como organizacional. Essa perspectiva defende que somente as organizações sociais de massa são capazes de impulsionar uma revolução social e que as lutas sociais por reformas e ganhos imediatos não são ilusórios, mas importantes para que os trabalhadores aprendam a se organizar por si mesmos e a tomarem medidas cada vez mais radicais contra o capitalismo (VAN DER WALT, 2016, p. 96-97). Para grande parte dos anarquistas partidários de um viés organizacional o sindicalismo de intenção revolucionária foi um importante meio de atuação junto às camadas populares.

Conforme destaca Felipe Correa (2018, p.29) o anarquismo ao longo dos seus mais de 150 anos de existência se utilizou primordialmente do sindicalismo de intenção revolucionária para se inserir nos movimentos sociais dos trabalhadores, dentro do qual abarca o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário. Por anarcossindicalismo compreendem-se aquelas organizações sindicais que adotaram o anarquismo como ideologia política dos sindicatos, enquanto que por sindicalismo revolucionário compreendem-se aquelas organizações operárias que não mantiveram vínculos políticos explícitos com essa ideologia, privilegiando a “neutralidade política” dos sindicatos como forma de manter a união operária. Mas apesar dessa distinção necessária entre anarcossindicalismo e sindicalismo revolucionário, ambas as formas de organização mantiveram inúmeros pontos de convergência, como a autonomia do movimento operário, à rejeição a política parlamentar, uma forte crença no poder das greves parciais e gerais e também no modelo organizativo federalista ao invés de uma organização mais rígida e centralizada como propunham os sindicatos de orientação marxista.

A partir dos conceitos explicitados acima, acreditamos que o caminho para compreendermos o *A Terra Livre* é caracterizá-lo como um periódico anarquista organizador



fortemente influenciado pelas finalidades políticas comunistas libertárias e que defendia os preceitos do sindicalismo revolucionário como um importante meio de atuação militante para se chegar a esses fins.

O JORNAL *A TERRA LIVRE* E OS SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS E EDITORIAIS

A Terra Livre teve o seu período de circulação entre os anos de 1905 e 1910. Surgido em dezembro de 1905, o jornal teve como objetivo dar continuidade ao trabalho anarquista organizador de *O Amigo do Povo*, que havia deixado de circular no ano anterior.² Na primeira edição do periódico, os editores deixam claro as suas perspectivas sobre o movimento operário: “Tomamos parte activa no movimento operário. O isolamento levar-nos-ia à esterilidade, ou reduziria o anarquismo a um simples movimento político, da extrema liberal a um tom torneio filosófico de distantes em passeio filosófico da teoria” (ATL, 01/12/1905, p.01).

O jornal, assim como outros periódicos libertários brasileiros da Primeira República, teve uma vida bastante difícil, marcada pelas dificuldades financeiras e irregularidades, pois era um produto anticapitalista, que não visava lucro e seu público leitor era constituído por trabalhadores de escassos recursos financeiros. Durante a sua fase de existência, que ocorreu entre os anos 1905 e 1910, apesar das inúmeras queixas de dificuldade financeira, *A Terra Livre* publicou 75 edições, que apareciam geralmente de forma quinzenal e era publicado em quatro páginas (ALGARENGA, 2018, p. 46). Embaixo do título do periódico, em boa parte de suas edições, aparecia a seguinte frase atribuída a Goethe: “O homem livre sobre a Terra Livre”. Os recursos para manter o periódico eram adquiridos por meio dos próprios militantes, que ajudavam com a sua manutenção via subscrição voluntária e assinaturas. Mas apesar desse auxílio financeiro, os editores do jornal sempre se queixavam dos déficits do periódico (ALGARENGA, 2018).

Embora tenha surgido em São Paulo, o jornal foi editado por um curto período no Rio de Janeiro entre 1907 e 1908, por questões que estão intrinsecamente relacionados ao crescimento do anarquismo e do movimento operário na então capital brasileira, que inclusive sediou em 1906 o Primeiro Congresso Operário Brasileiro (SAMIS, 2017, p. 27). Na edição do jornal que saiu em 10 de maio de 1907, *A Terra Livre* destaca que passara a ser editado na cidade do Rio de Janeiro e que iria se fundir com o jornal anarquista carioca *Novos Rumos*, mas

² *O Amigo do Povo* foi um jornal anarquista editado em São Paulo entre os anos de 1902 e 1904, contando com artigos publicados em português, espanhol e italiano. Com o fim do jornal, alguns dos seus antigos colaboradores como Manuel Moscoso e Neno Vasco vão passar a atuar em *A Terra Livre*.



mantendo o seu nome (ATL, 10/05/1907, p.01). Entretanto, em setembro de 1908, sem explicitar os motivos, o jornal anuncia que estava voltando a ser editado na capital paulista (ATL, 03/09/1908, p.04). (FIGURA 1).

FIGURA 1 – Capa do *A Terra Livre* (Edição 5, 1906)



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)

O jornal, assim como outros periódicos anarquistas do período, foi um produto coletivo, contando com o auxílio de vários militantes, mas, ainda assim, duas figuras históricas do anarquismo organizador foram de suma importância para a circulação do jornal: Edgard Leuenroth, que foi o administrador do jornal, e Neno Vasco, que além de contribuir com vários artigos e traduções, também foi o responsável pela parte das correspondências do jornal (ALGARENGA, 2018).

A Terra Livre surgiu em um momento em que estavam se consolidando as táticas do sindicalismo revolucionário no movimento anarquista, passando inclusive os próprios editores do periódico a tomar parte ativa no movimento operário. Entretanto, esse viés organizativo e sindical que o jornal adotou desde a sua primeira edição não tinha nada de contrário ao anarcocomunismo.



O ANARCO-COMUNISMO E A *TERRA LIVRE*

O movimento anarquista surgiu historicamente na década de 1860, fortemente vinculado a Mikhail Bakunin e seus seguidores, defendendo um programa político baseado na dissolução do Estado e das instituições autoritárias da sociedade burguesa, abolição dos direitos de herança, socialização dos meios de produção e em um sistema de remuneração baseado no trabalho realizado, que ficou conhecido posteriormente conhecido como anarquismo coletivista.³ Os anarquistas coletivistas acreditavam que todos os adultos capazes deveriam exercer atividades produtivas, sendo remunerados de acordo com a sua produção individual (WOODCOCK, 2007, p. 183-184). Mas tinham a consciência de que a sociedade deve garantir os meios de subsistência para os idosos, crianças e pessoas inválidas para o trabalho e também manter instituições públicas para cumprir com as necessidades coletivas.

Por volta do início da década de 1870, surgiram críticas à forma de distribuição das riquezas preconizada pelos anarquistas coletivistas entre alguns setores anarquistas militantes da AIT, dando início ao surgimento do anarco-comunismo.⁴ Em 1876, publicou-se em Genebra uma brochura do grupo anarquista *L'Ávenir*, em que pela primeira vez se utilizou o termo anarco-comunismo e, logo no ano seguinte, foi realizado na cidade belga Verviers um congresso da Internacional de Saint-Imer em que os princípios anarco-comunistas se mostraram dominantes (WOODCOCK, 2008).⁵ Nesse evento, militantes anarquistas de diversos países da Europa e da América estiveram presentes e determinaram nas resoluções do congresso os princípios comunistas anarquistas, que estabeleciam que com o advento da revolução social e a socialização dos meios de produção e consumo, a divisão da riqueza deveria ser organizada

³ O moderno movimento anarquista teve a sua origem relacionada à radicalização do campo antiautoritário e federalista da *Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)* (1864-1876) e teve como a primeira organização especificamente anarquista a *Aliança Democrática Socialista (ADS)*, surgida em 1968, que era constituída por revolucionários instruídos. Muitos militantes da ADS, como o próprio Bakunin, participaram ativamente da AIT.

⁴ Kropotkin, por exemplo, colocou a forma de retribuição individual baseada no trabalho como injusta: “A apropriação pessoal não é justa nem proveitosa. Tudo é de todos, visto que todos precisam de tudo, visto que todos tem trabalhado na medida das suas forças, e que é materialmente impossível determinar a parte que poderia pertencer a cada uma na produção atual das riquezas” (KROPOTKIN, 2011, p. 24).

⁵ Em meio as contradições existentes entre Marx e Bakunin na *Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)* e que levaram o segundo a ser expulso dessa organização, foi realizado em 1873, na cidade suíça de Saint-Imer, um congresso socialista constituído por várias correntes anti-marxistas, que acabaram por constituir uma organização a parte da AIT, a *Internacional de Saint-Imer* (WOODCOCK, 2008, p. 14). Por volta de 1876 os anarquistas eram um grupo bastante expressivo nessa nova organização e conseguiram exercer notável influência em seus congressos.



de acordo com as necessidades pessoais e coletivas, e não com base no trabalho individual (WOODCOCK, 2008, p. 24).⁶

Nas últimas décadas do século XIX houve alguns debates entre os anarquistas coletivistas e os anarco-comunistas, mas as ideias defendidas pelo segundo grupo acabaram por se tornar dominantes tanto entre os anarquistas organizadores quanto entre os antiorganizadores. Sobre esse impacto do anarco-comunismo, Felipe Correa (2015, p. 209) nos relata o seguinte:

A adoção do comunismo como maneira mais adequada de distribuição dos produtos do trabalho consolidou-se em 1880, no Congresso de L Chau-de-Founds da Federação Jurassiana, por influência de vários anarquistas que já o defendiam, dentre os quais se encontram Kropotkin, Reclus e Cafiero. Desde então, o comunismo tornou-se hegemônico. A defesa do comunismo realizado por Kropotkin foi a que teve maior impacto entre os anarquistas.

A *Terra Livre*, embora não se intitulasse como um periódico anarco-comunista, diferentemente do que aconteceu com *La Battaglia*, que desde a primeira edição assumiu esse rótulo, ao longo de suas edições é possível observar uma forte vinculação do periódico com essa corrente, pois circulou em um momento em que essas ideias eram dominantes dentro do movimento anarquista internacional.⁷ Dentre os grandes nomes do anarco-comunismo, foi com o russo Piotr Kropotkin que o jornal teve um contato mais estreito.

Ao longo das edições de *A Terra Livre*, é bastante perceptível que havia uma grande admiração dos redatores do jornal a Kropotkin como autor, o que se deve ao fato de que entre o findar do século XIX e início do XX ele havia se tornado um dos principais escritores anarquistas a nível mundial e a sua fama se alastrou por praticamente todos os continentes. O seu livro *A Conquista do Pão*, por exemplo, teve um grande impacto sobre vários movimentos sociais e militantes revolucionários ao longo do século XX, sendo praticamente uma leitura obrigatória a todos os anarquistas:

Não foi por acaso que *A Conquista do Pão* ganhou uma legião de leitores ao longo do século XX. Foi importante para os revolucionários russos de 1905 e 1917 e para os milicianos na Revolução de 1936; não ficaram indiferentes a ele os estudantes de 1968 e ainda encontrou muitos leitores na Rússia, após o

⁶ Os anarco-comunistas seguem o seguinte lema: “De cada um, de acordo com seus meios; para cada um, de acordo com suas necessidades” (WOODCOCK, 2007, p. 183).

⁷ *La Battaglia* foi um importante jornal anarquista redigido em italiano que circulou em São Paulo entre os anos de 1904 e 1913 de forma semanal e com uma tiragem bastante expressiva, chegando durante certo tempo a imprimir 5000 exemplares a cada edição. Embora o seu grupo editorial liderado por Oreste Ristori tivesse uma posição oficial anti-organizadora, acabou por abrir espaço para que todas as tendências libertárias pudessem expressar o seu ponto de vista por meio de suas páginas (BIONDI, 1998).



fim da União Soviética, em 1991. Na América Latina, especificamente no Brasil das primeiras décadas do século passado, foi largamente recomendado como leitura básica para anarquistas e sindicalistas revolucionários (SAMIS, 2011, p. 11).

O grupo editor do jornal mantinha uma pequena livraria chamada de *Biblioteca da Terra Livre*, que tinha por objetivo vender livros, opúsculos e panfletos a um valor acessível. Kropotkin foi um dos autores que teve mais obras disponíveis à venda por meio da *Biblioteca Terra Livre*, o que é possível de ser constatado por meio vários anúncios que aparecem no jornal divulgando obras desse autor vindas da Europa e publicadas em idioma italiano, espanhol e português.⁸

Além da venda das obras de Kropotkin vindas do continente europeu, a *Biblioteca da Terra Livre* também publicou em português algumas obras desse autor, tais como: *As bases científicas da Anarquia*, sob o formato de opúsculo de 32 páginas, e *O Comunismo Anárquico*, opúsculo de 33 páginas, constituído pelos três primeiros capítulos do livro *A Conquista do Pão*. Ao anunciarem essas obras à venda, em nenhum momento o jornal *A Terra Livre* demonstrou alguma rejeição às ideias Kropotkin, muito pelo contrário, o discurso foi sempre de adesão e admiração ao pensamento comunista anárquico defendido por esse autor. Na edição de 9 de janeiro de 1908, por exemplo, o opúsculo *O Comunismo Anárquico* aparece sendo divulgado do seguinte modo:

O Comunismo Anárquico

Por Pedro Kropotkine

Este opúsculo de 33 páginas é constituído pelos três primeiros capítulos da magnífica obra de Kropotkine *A CONQUISTA DO PÃO*. O primeiro – *AS NOSSAS RIQUEZAS* – mostra as riquezas, fruto do labor coletivo, que a humanidade possui e pode produzir com os seus poderosos meios, quando estes estiverem à disposição de todos e forem destinados a garantir o *BEM-ESTAR PARA TODOS*. Este, como explica o segundo capítulo, é impossibilitado pela propriedade privada, que impede de produzir e deve ser destruída pela expropriação revolucionária. No terceiro capítulo, o autor mostra que a sociedade caminha para *O COMUNISMO ANÁRQUICO* e que ao comunismo, regime de propriedade comum, corresponde à uma nova forma política, a anarquia, a sociedade sem governo, baseada sobre o livre pacto.

Estes três capítulos formam uma boa brochura, completa; mas mais tarde, em sucessivas brochuras publicaremos os outros capítulos da *CONQUISTA DO PÃO*, ficando então o famoso livro completo. A tarefa será tanto mais fácil, quanto mais depressa for vendida esta edição e as que se seguirem (ATL, 09/01/1908, p. 04).

⁸ Vale também destacar que no jornal foram publicados vários textos de Kropotkin que tratam dos mais diversos temas, tais como a Comuna de Paris, os atentados terroristas e o efeito negativo das prisões sobre os indivíduos.



Além de Kropotkin, o jornal *A Terra Livre* também foi influenciado por outros conhecidos militantes vinculados ao anarco-comunismo, tais como Élisée Reclus e Errico Malatesta. Reclus foi o autor que teve o primeiro livro publicado pela *Biblioteca da Terra Livre*, a sua obra *Evolução, Revolução e Ideal Anarquista* aparece sendo vendida já na terceira edição do jornal por um valor de 1\$000 reis e com um total de 152 páginas (ATL, 07/02/1906, p.03). Nessa obra em específico Reclus não trata do anarco-comunismo, mas dos conceitos de revolução e evolução de forma positiva e se contrapondo aos setores conservadores da sociedade que tendem a rejeitar os processos revolucionários, colocando-os como sempre bruscos e violadores da ordem natural da sociedade (RECLUS, 2002). Entretanto, na edição de 19 de janeiro de 1910 o jornal publicou o artigo “Por que somos revolucionários?” em que Reclus defende abertamente as finalidades do anarco-comunismo:

Quanto a grande causa das ferocidades e das baixezas, ela deixara de existir entre nós. A terra tornar-se-á propriedade coletiva, as barreiras serão destruídas, e de aí em diante o solo, pertencente a todos, poderá ser disposto para a alegria e para o bem-estar de todos. Os produtos pedidos serão precisamente os que a terra pode melhor fornecer, e a produção responderá exatamente as necessidades, sem que nada se perca como no trabalho desordenado que se faz hoje. Do mesmo a distribuição de todas essas riquezas entre os homens será arrancada ao explorador particular far-se-á pelo funcionamento normal da sociedade inteira.

Não queremos nem podemos traçar antecipadamente o quadro da sociedade futura: a ação espontânea de todos os homens livres cabe criá-la e dar-lhe a sua forma, aliás incessantemente mutável como todos os fenômenos da vida. Mas o que sabemos é que qualquer injustiça, qualquer crime de lesa-majestade humana achará sempre de pé para o combater. Enquanto durar a iniquidade, nós, anarquistas comunistas internacionais, permaneceremos em estado de revolução (RECLUS, ATL, 19/01/1910, p. 01).

Errico Malatesta, por sua vez, teve algumas de suas obras publicadas em italiano disponíveis de serem comprados por meio da *Biblioteca da Terra Livre*, tais como *L'Anarchia*, *Al Caffé* e *La politica parlamentare nei movimento socialista* e também teve vários artigos publicados no jornal *A Terra Livre*. No que diz respeito ao anarco-comunismo de modo específico, existem no jornal dois artigos desse autor, o primeiro que aparece na edição 25 de janeiro de 1908, e se intitula “O Comunismo Livre”, e o segundo que se chama “Que Querem então os anarquistas?” e aparece na edição de 01 de janeiro de 1910. O primeiro desses artigos aparece no formato de diálogo entre dois indivíduos em que o primeiro questiona o segundo sobre a viabilidade do anarco-comunismo na vida prática da sociedade caso triunfasse a revolução social, sendo logo respondido pelo segundo, que destacou que não tinha uma resposta pronta para tudo o que viria ocorrer em uma sociedade em processo de transformação



revolucionária, mas que o anarco-comunismo deve se manter fixo como objetivo a ser alcançado, mesmo ocorrendo em cada localidade problemas singulares a serem resolvidos:

-Escuta. Antes de tudo, nós, os socialistas anarquistas, como já temos dito muitas vezes, não podemos agora afirmar o que amanhã sucederá precisamente, pois não podemos dizer hoje, de modo rigoroso, que isto ou aquilo há de organizar-se e funcionar desta ou daquela maneira. Não podemos afirmar tal, primeiro porque somos revolucionários e não formalistas; e segundo porque cada localidade, cada grupo se organizará como melhor lhe parecer e conforme os serviços, bem como a índole e capacidade dos seus componentes. Embora o fundo possa ser sempre o mesmo – *comunismo* em economia, *anarquia* como regime político - todavia certa forma particular de organização pode ser boa para aqui, mas imprópria para acolá, esplendida, por exemplo, no Rio Grande, e defeituosa no Amazonas (MALATESTA, ATL, 25/01/1908, p. 03).

Já no segundo artigo, Malatesta demonstra que os anarquistas ao analisarem de modo crítico os problemas sociais da sociedade burguesa, acreditam que a atual ordem social deve ser destruída e que sobre as suas ruínas deve ser edificada uma sociedade comunista libertária:

Estudando a miséria e as suas causas, os males que a todos advém do regime da propriedade privada e do Estado, as injustiças do salariado, o modo de produção e os progressos da indústria e das máquinas, entendem que é possível e necessário substituir a presente maneira de viver dos homens uns com os outros por uma organização social mais justa e harmônica, mais conforme as atuais possibilidades de produção e com as necessidades urgentes dos seres humanos.

Os anarquistas são, em geral, partidários do comunismo (ramo do socialismo). Querem a abolição da propriedade particular da terra, matérias primas e instrumentos de trabalho, que passarão a ser de todos, para que ninguém tenha meios de viver desfrutando o trabalho de outrem e para que todos, tendo seguros os meios de produção e de vida, sejam verdadeiramente independentes e possam associar-se aos outros livremente, tendo em vista o interesse comum e em conformidade com as suas simpatias (MALATESTA, ATL, 01/01/1910, p. 03).

Em *A Terra Livre* não se encontra uma oposição ao pensamento anarco-comunista e nem mesmo algum texto colocando essa corrente como sinônima de anarquismo antiorganizacional, muito pelo contrário, no jornal é bastante claro que os seus editores eram anarquistas organizadores e tinham uma forte ligação com o comunismo anárquico e atuaram como importantes divulgadores dos seus princípios no Brasil da primeira década do século XX, ao publicarem no jornal artigos de Kropotkin, Malatesta e Reclus e também vendendo livros e opúsculos desses autores por meio da *Biblioteca da Terra Livre*.



O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E A ESCOLHA PELA NEUTRALIDADE SINDICAL

Em fins de 1905, quando surgiu o jornal *A Terra Livre*, o anarco-comunismo já existia há algumas décadas como uma corrente bem definida, mas o mesmo processo de consolidação ainda não havia ocorria com o sindicalismo de intenção revolucionária, que se encontrava nesse contexto em pleno processo de constituição como um meio de luta do movimento operário organizado, tanto no que se refere ao anarcossindicalismo, quanto ao sindicalismo revolucionário. Os editores do jornal acompanharam atentamente esse processo histórico e, mesmo que não discutindo isso massivamente, se posicionaram pela neutralidade sindical e adotaram o sindicalismo revolucionário, se mantendo firmes em não querer que os sindicatos se vinculassem de forma estreita uma ideologia, permanecendo como instituições livres a todos os trabalhadores.

Ainda que em se em princípio o anarcossindicalismo não existisse com esse nome, ele teve suas origens na Argentina, com os anarquistas hegemônicos a *Federación Obrera Argentina (FOA)* e, logo em seguida, também alcançou o Uruguai e outros lugares da América Latina e Europa.⁹ Em 1903 foi realizado o III Congresso da FOA, no qual já se observava claramente a hegemonia dos anarquistas, como nas resoluções que declaravam que os trabalhadores jamais deveriam enviar petições aos poderes públicos e que a luta política parlamentar deveria ser negada. Já com o seu V Congresso realizado em 1905, a FOA muda o seu nome para *Federación Obrera Regional Argentina (FORA)* e aprova a recomendação de divulgar os princípios ideológicos do comunismo anarquista entre os trabalhadores (SANTILLAN, 2005, p. 151). Em 1905 surgiu a *Federación Regional Uruguaya (FORU)*, que inspirada na FORA também adotou o comunismo anárquico como finalidade a ser alcançada pela luta do movimento operário.

Os anarquistas de *A Terra Livre*, durante o período de circulação do jornal, não debateram a adoção do anarco-comunismo pelas organizações sindicais da Argentina e do Uruguai. Somente em um momento posterior, já nas páginas do jornal *A Voz do Trabalhador*, o órgão oficial da *Confederação Operária Brasileira (COB)*, é que Neno Vasco vai se

⁹ A utilização do termo anarcossindicalismo se tornou algo comum por volta da década de 1920, com a organização sindical espanhola *Confederación Nacional del Trabajo (CNT)*, que surgiu em 1909: “A CNT não se definia como sindicalista revolucionária, e sim anarcossindicalista. Isso queria dizer que a organização sindical vinculava expressamente seus pontos de vista à ideologia anarquista, mesmo que não fosse obrigatório se declarar anarquista para fazer parte da organização” (POMINI, 2021, p. 42).



posicionar de forma crítica à orientação da FORA e também da *Federação Operária Local de Santos* (FOLS), que influenciada pelas organizações sindicais anarquistas uruguaias e argentinas, adotou o anarquismo como finalidade política. Em um artigo publicado em *A Voz do Trabalhador* no ano de 1913, por exemplo, Vasco acusa a FOLS de estar importando da Argentina uma doutrina divisora do operariado e que está em contradição com o anarquismo e o movimento sindical:

Tenho visto defendido pelo jornal *Germinal* e expressa numa “declaração de princípios” da Federação Operária de Santos uma doutrina que me parece estar em contradição, não só com as bases e necessidades da organização de classe do proletariado, mas ainda – poderia dizer, e sobretudo – com o anarquismo. Mal inspiradamente importada da Argentina, onde ela é causa de divisão do operariado num terreno onde este pode e deve estar unido, essa doutrina consiste em fazer adotar nos estatutos e congressos sindicais o comunismo anarquista como finalidade dos sindicatos e suas federações (VASCO, 2014 [1913], p. 35).

O sindicalismo revolucionário, por sua vez, surgiu na França, por volta de 1902, quando a *Fédération des Bourses du Travail* (FBT) veio a se fundir com a CGT.¹⁰ A primeira bolsa de trabalho surgiu em 1886 na cidade de Paris e tinha por objetivo funcionar como uma espécie de agência de emprego e organização fraternal dos trabalhadores e, logo nos anos seguintes, apareceram várias bolsas de trabalho por todo território francês e que recebiam auxílio financeiro dos governos municipais para funcionar. Em 1892 foi formada a FBT, por meio da união de várias federações locais de bolsas de trabalho, e, já em 1894, essa organização demonstrava que havia se radicalizado, quando realizou um congresso em Nantes em que convocou as bolsas de trabalho a realizarem uma greve geral e recomendou que separassem as atividades de luta econômica dos trabalhadores dos partidos políticos (MITCHELL, 1990, p. 28).

A CGT foi fundada em 1895 quando militantes operários organizaram um congresso na cidade de Limoges com o intuito de fundar uma nova central sindical a nível nacional. Poucos anos após a sua fundação, a CGT realizou em 1898 um importante congresso em Rennes em que se debateu o alcoolismo entre os trabalhadores, a campanha pela jornada diária

¹⁰ Embora tenha surgido no início do século XX, o sindicalismo revolucionário é um herdeiro direto do movimento anarquista militante da AIT: “James Guillaume escrevia, em 1905, que a Confederação Geral do Trabalho da França era a continuação da Primeira Internacional. Todavia, na Primeira Internacional, só uma tendência, que se tornou majoritária, defendeu o conjunto dos princípios que sempre constituirão o corpo da doutrina do sindicalismo revolucionário, aquela do socialismo federalista-antiautoritário cujo criador, inspirador e animador principal foi Bakunin” (LEVAL, 2007, p. 22).



de 8 horas e a semana de cinco dias e meio de trabalho. Nesse congresso os anarquistas estiveram presentes e se fizeram notar. Émile Pouget, que era um anarquista e operário têxtil, influenciou decisivamente a CGT a adotar a tática da sabotagem como arma de luta do movimento operário (MITCHELL, 1990, p. 28).

Em 1902 é realizado um congresso em Montpellier em que a FBT escolhe se fundir com CGT (MITCHELL, 1990, p.28). Para muitos historiadores é dessa união que surge o sindicalismo revolucionário, que tem na *Carta de Amiens* de 1906 o seu principal documento definidor de princípios e estratégias de luta. A *Carta de Amiens* estabelece em suas resoluções os seguintes pontos: os sindicatos revolucionários devem agrupar todos os trabalhadores independentemente da escola política que seguem, a luta de classes em torno dos interesses econômicos, a luta pelas melhorias das condições de vida dos trabalhadores, a defesa da greve geral como meio de combate aos patrões; e que os sindicatos, que no sistema capitalista são órgãos de resistência, serão após o processo revolucionário os novos responsáveis pela organização da produção e distribuição das riquezas (MAITRON, 2003, p. 157-158).

Entre fins de 1905 e 1906, período em que ocorre a consolidação do sindicalismo revolucionário no Brasil, marcado pela realização do *Primeiro Congresso Operário Brasileiro* em 1906, no Rio de Janeiro, *A Terra Livre* atuou como um importante difusor do modelo sindicalista revolucionário. O jornal procurou trazer textos que confrontavam os modelos sindicais em diversas partes do mundo com o sindicalismo que surgiu com a CGT francesa. As organizações operárias alemãs hegemônicas pela socialdemocracia eram vistas como compostas por milhares de associados, porém, apesar de toda essa grandeza, eram incapazes de ir além do reformismo e dos limites da política institucional.¹¹ *A Terra livre* também dedicou críticas similares aos *trade unions* ingleses e as organizações sindicais reformistas estadunidenses:

Especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra a sociedade operária é uma espécie de aristocracia do trabalho. As corporações de ofício agem isoladamente e a sua ação reduz a melhoramentos em favor dos associados, sem mesmo tender a abolição do privilégio capitalista. A *trade union* (expressão inglesa: união de ofício) faz política parlamentar, apoiando o candidato que mais promessa lhe fazer, seja qual for o seu partido! Este “trade unionismo” vai morrendo por culpa dos seus erros e defeitos (A TERRA LIVRE, 13/01/1906, p. 01).

¹¹ O jornal nos relata o seguinte sobre o sindicalismo alemão: “Por isso não há como a Alemanha para mostra a impotência tanto da formula mutualista e legalista da organização econômica, como da forma parlamentar da luta e organizações políticas. Com um milhão de associados nas organizações econômicas, com bem providas caixa, com três milhões de eleitores e mais de oitenta deputados socialistas, o proletariado alemão não dá um passo reformístico para fora da estrita legalidade dum império militarista e semi-autocrata” (ATL, 12/04/1906, p.03).



Já o sindicalismo revolucionário do modo que surgiu na França, abertamente contrário ao capitalismo e à política estatal, é percebido como o modelo ideal:

A sociedade de resistência mais perfeita e a mais completa, embora não sem defeitos, é o “sindicato” francês, aderente a Confederação Nacional Geral do Trabalho. É puramente de resistência, facilitando a entrada a todos, procurando agrupar o maior número, mas sem por isso deixar de agir constantemente. Trata de conquistar melhoramentos (sobretudo redução de horas), fazendo assim exercício para a greve geral revolucionário e para a expropriação dos meios de produção e de transporte. Não aceita a *política parlamentar*, fazendo, porém, luta política (contra o Estado, contra o governo, desde o ministra a polícia, mas especialmente contra o militarismo) pois o poder político é defensor do capitalismo. Mas essa luta (assim como a econômica é pela ação direta, operária, e não indireta por meio dos deputados no parlamento (IBIDEM).

Após o *Congresso de Amiens*, surgiu da parte de alguns jovens militantes operários que vieram do anarquismo, uma nova concepção sobre o sindicalismo revolucionário. Eles passaram a observar o sindicalismo revolucionário como uma corrente política autônoma, distanciada do anarquismo e do socialismo parlamentar. Entre 24 e 31 de agosto de 1907, é realizado o *Congresso Anarquista de Amsterdã* em que ocorre o conhecido debate entre o já veterano militante anarquista Errico Malatesta, de 53 anos, com o jovem militante Pierre Monatte, na época com 25 anos, representando essa nova posição sobre o sindicalismo revolucionário. Nesse debate, ficaram bastante explícitas as divergências entre os militantes e grupos anarquistas, que viam nos sindicatos importantes meios de luta, mas que nunca dariam conta de substituir o anarquismo como finalidade a ser alcançada, dos jovens sindicalistas franceses, que agora viam o sindicalismo revolucionário como uma nova ideologia que se bastava a si próprio.

Nesse debate, Monatte (1981) [1907] destacou que existem vários pontos de convergência entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, sendo que ambos se influenciavam mutuamente, e o primeiro havia colaborado em muitos aspectos para o desenvolvimento do corpo de princípios que geria as bases do segundo. Apesar de destacar os pontos de contato entre o anarquismo e o sindicalismo, Monatte salienta que o segundo era uma nova corrente política: “a doutrina que vê no sindicato um órgão de transformação social e a greve geral como o meio de obtê-la”. (MONATTE, 1981 [1907], p. 200). Mesmo sendo uma doutrina com finalidades próprias, Monatte também procurou destacar que o sindicalismo revolucionário não é excludente e nem autoritário, muito pelo contrário, aceita que os militantes



das mais diversas correntes políticas, como anarquistas e socialistas, se façam presentes nos sindicatos, desde que não tentem impor as suas ideologias a outros trabalhadores.

A Terra Livre, que tinha uma afinidade de ideias com Malatesta, publicou na íntegra a opinião desse autor sobre esse debate. Errico Malatesta, em resposta a Monatte, destacou que o sindicalismo era um fato real da sociedade capitalista que não podia ser ignorado e que os militantes libertários deveriam adentrar nas organizações operárias para difundir a ideologia anarquista entre os trabalhadores. Apesar de ver no sindicalismo um meio de atuação anarquista, Malatesta, assim como Monatte, acreditava que os sindicatos deveriam ser livres e neutros, abertos aos trabalhadores de todas as tendências políticas: “Quero sindicatos largamente abertos a todos os trabalhadores que começam a sentir a necessidade de se unir com os seus camaradas para a luta contra o patronato” (MALATESTA, ATL, 10/02/1908, p. 03). Entretanto, na concepção de Malatesta, os sindicatos mesmo que adornados com o rótulo de revolucionários, não podem ser mais que um movimento que luta pelas melhorias econômicas dos trabalhadores e pela conquista de algumas liberdades, sendo incapazes de substituir o papel revolucionário dos anarquistas, que consiste em “manter sempre ardente o fogo do ideal e orientar tanto quanto possível todo o movimento no sentido das conquistas do futuro, no sentido próprio da revolução” (MALATESTA, ATL, 10/02/1908, p. 03).

Na época de circulação do jornal *A Terra Livre*, não havia no Brasil um grupo expressivo como o de Pierre Monatte na França, que sustentava que o sindicalismo revolucionário era uma corrente política que se bastava a si próprio. Muito pelo contrário, o sindicalismo revolucionário brasileiro da Primeira República, assim como sustenta Tiago Bernardon de Oliveira (2018), parece ter sido muito mais um meio de atuação no movimento operário fortemente vinculado aos anarquistas organizadores, que instrumentalizavam os meios de atuação da CGT francesa, mas que não se esqueciam das lições de Errico Malatesta, que sustentava que apesar da importância dos sindicatos, estes nunca seriam capazes de suplantar o papel dos militantes anarquistas e da ideologia anarco-comunista, que permanecia no horizonte como a finalidade última a ser alcançada.¹²

¹² Edilene Toledo (2004, p. 51) afirma que São Paulo teve o seu Monatte, que foi o italiano Giulio Sorelli, que segundo a autora sustentava teorias anarquistas, mas na prática atuava como sindicalista revolucionário junto a FOSP. Mas analisando o jornal *Il Libertario*, que tinha Sorelli como redator, chegamos à conclusão de que ele fazia parte do anarquismo organizador paulista, que instrumentalizava o sindicalismo revolucionário, mas sem esquecer os fins anarquistas, diferente de Monatte, que queria que o sindicalismo superasse o anarquismo como ideologia política: “Pur tenendo fisso lo sguardo e dedicandoci al fine al qual miramo, alla realizzazione delle nostre aspirazioni, all’Anarchia, non trascureremo completamente il movimento associativo operaio del quale dobbiamo riconoscere l’utilità coeficiente, ma procureremo orientarlo, coi consigli e colla discussione, in quella maniera che, secondo noi, è la migliore perchè possa dare tutto il suo aiuto alle idee di rivendicazione umana” (SORELLI, *Il Libertario*, 10/10/ 1906, p. 01).



Entre os dias 15 de 22 de abril de 1906 é realizado o Primeiro Congresso Operário Brasileira no Centro Galego do Rio de Janeiro, contado com 43 delegados representando 28 associações operárias de várias partes do Brasil (SAMIS, 2009, p.135). Os preparativos para esse encontro começaram em fins de 1905, sendo que no mês de novembro desse ano circulava pela imprensa uma convocatória ao *I Congresso Operário Brasileiro*, a ser realizado no então Distrito Federal, no qual poderiam tomar parte os elementos socialistas, ficando de fora os militantes revolucionários (OLIVEIRA, 2018, p. 215). Os anarquistas, mesmo que não convocados para esse evento, se fizeram presentes e tiveram uma participação decisiva para que o congresso adotasse as teses do sindicalismo revolucionário, que estabeleciam a descentralização, a greve geral, o modelo organizativo federalista, a ação direta, a neutralidade sindical e autonomia operária frente aos partidos políticos (SAMIS, 2009, p.135).¹³

A Terra Livre acompanhou atentamente a realização do *Primeiro Congresso Operário Brasileiro* e certamente os seus colaboradores tiveram uma participação bastante significativa para que o sindicalismo revolucionário predominasse nesse evento. Na edição de 24 de março de 1906 o jornal anunciava que as ligas de resistência vinculadas a *Federação Operária de São Paulo* (FOSP) por meio de uma reunião escolheram Julio Sorelli, Manuel Moscoso e Edgard Leuenroth como representantes das organizações sindicais paulistas no congresso operário (ATL, 24/03/1906, 04).¹⁴ Nota-se que esses três eram anarquistas, sendo que os dois últimos eram estritamente vinculados ao grupo editor de *A Terra Livre* e, mesmo o primeiro, publicou alguns artigos no jornal.

Após a realização do *Primeiro Congresso Operário Brasileiro*, o jornal *A Terra Livre* fez uma avaliação totalmente positiva sobre o evento na edição de 13 de junho de 1906. O jornal ficou bastante satisfeito que o Congresso não procurou se vincular ao anarquismo, mas agrupar os trabalhadores pelos interesses econômicos que tinham em comum:

O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. A internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memorável lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado um caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe. O nosso fim não é constituir duplicadas dos nossos grupos políticos.

¹³ No campo prático, o Congresso decidiu pela criação da *Confederação Operária Brasileira*, que entrou em funcionamento dois anos depois e pela criação do jornal *A Voz do Trabalhador*, como seu órgão de imprensa (SAMIS, 2009, p. 135).

¹⁴ Todavia, as resoluções do Primeiro Congresso Operário apontam que o número de representantes de FOSP foi maior: “Pela Federação Operária de São Paulo, representando seis sindicatos, Fernando Frejeiro, Manoel Domingues de Almeida, Giulio Sorelli, Edgard Leunroth, Ulysses Martins, Caralampio Trillas, Carlos Dias, Manoel Moscoso, Fernando Bondad e Jose Sarmiento” (PINHEIRO; HALL, 1979, p. 44).



Ainda mesmo que, hipótese pouco provável, o sindicato, abrangendo a totalidade ou quase totalidade da corporação, fosse todo composto de anarquistas, ele não deveria declara-se anarquista e fechar as suas portas aos outros trabalhadores, com ideias políticas diversas, mas com interesses econômicos idênticos (ATL, 13/06/1906, p. 04).

A *Terra Livre* também nos demonstra que mesmo o congresso não se filiando ao anarquismo, foi indiretamente benéfico à causa libertária, pois serviu para que muita gente deixasse de ter uma visão depreciativa sobre os anarquistas:

Mas se o Congresso não foi à vitória do anarquismo, foi, porém indiretamente útil a difusão das nossas ideias. Muita gente, graças a uma lenda, filha da ignorância e da malícia, forma dos anarquistas um conceito estranho e supersticioso: fisicamente, imagina-os monstros, de pelo hirsuto, olhos esgazeados, berro atroadores, com as mãos cheias de dinamite. Ora ao publico viu-os, e a imprensa se encarregou de os mostrar ainda mais. Um jornal diz, com espanto ingênuo:

È de justiça que se saliente que a harmonia reinante nesta numerosa assembleia, onde no mais aceso das discussões não foi quebrada a linha de conduta compatível com homens laboriosos e animados pelo sincero desejo de que dos seus trabalhos resulte verdadeiro benefício para as dignas classes interessadas.

Uma coisa, entretanto, se tornou notável: - o elemento em cujo seio mais ponderação se manifestava era justamente no grupo dos anarquistas, que ali estão representados em grande número. Nas dúvidas, acaso surgido, nos naturais atritos verificados no correr dos debates, era sempre o elemento anarquista o apaziguador conciliando, explicando os mínimos detalhes (IBIDEM).

Em São Paulo o processo de consolidação do sindicalismo revolucionário começou a ocorrer em fins de 1905, quando surgiu a FOSP. O jornal dos carpinteiros foi quem teve a iniciativa de propor a reunião das diversas organizações sindicais de São Paulo em uma federação operária sobre objetivos comuns e que tivesse como um dos seus fins colaborar para que novas ligas de resistência viessem a surgir (TOLEDO, 2004a, p. 72).¹⁵ A FOSP se constituiu em novembro de 1905 com cinco ligas aderentes e teve como seu primeiro secretário o anarquista Julio Sorelli. Já no ano seguinte, a organização colaborou para que surgissem novos sindicatos (TOLEDO, 2004a, p.75).

¹⁵ A historiadora Edilene Toledo (2004a, p. 72-73) destaca que a proposta da formação da FOSP partiu dos próprios trabalhadores e não dos grupos políticos de São Paulo que tinham seus próprios jornais: “É interessante observar aqui que a proposta de formação de uma federação para coordenar as atividades das diversas ligas já existentes não parte do grupo socialista do *Avanti!* e nem dos anarquistas de *A Terra Livre*, mas dos próprios trabalhadores ligados ao grupo do jornal o *Carpinteiro*”. Entretanto, se a FOSP surgiu em novembro de 1905 e *A Terra Livre* teve a sua primeira edição em dezembro desse mesmo ano, não teria mesmo a possibilidade de um jornal que nem existia ter colaborado para formar uma organização que surgiu um pouco antes.



No período de circulação de *A Terra Livre*, a FOSP realizou dois importantes encontros estaduais, o primeiro em dezembro de 1906 e o segundo em abril de 1908, nota-se que nesses congressos os anarquistas também foram figuras marcantes. Na edição de 22 de setembro de 1906 *A Terra Livre* publicou um manifesto da FOSP convidando os “mais ativos elementos do interior do Estado” a tomar parte no *Primeiro Congresso Operário Estadual de São Paulo* a ser realizado em fins desse ano (ATL, 22/09/1906, p. 04). O *Primeiro Congresso Operário Estadual* aconteceu entre os dias 6, 7 e 8 de dezembro de 1906 e as suas resoluções foram inspiradas no sindicalismo revolucionário e no *Primeiro Congresso Operário Brasileiro*, que ocorreu alguns meses antes. Mesmo que reclamando da falta de discussão prévia antes de ser realizado o encontro, *A Terra Livre* observou de modo positivo a realização do congresso operário: “Em todo caso, alguma coisa se ganhou, ao menos travou-se um conhecimento mais íntimo entre os elementos ativos das localidades do estado onde há organizações que puderam enviar representantes” (ATL, 22/12/ 1906, p. 01).

Já o segundo Congresso Operária Estadual de São Paulo ocorreu entre os dias 17, 18 e 19 de abril de 1908, contando com a participação de sindicatos de várias cidades de todo o Estado, como São Paulo, Campinas, Amparo, Santos, Jundiaí, São Bernardo, Espírito Santo do Pinhal e Limeira. Nesse encontro foram discutidos temas que estavam intrinsecamente relacionados ao sindicalismo revolucionário, tais como a neutralidade sindical, a autonomia operária frente aos partidos políticos, o antimilitarismo, a sabotagem e temas de interesse geral dos trabalhadores, como a instrução popular e o trabalho de menores nas fábricas.¹⁶ Alguns dos principais debates nesse encontro foram travados entre os anarquistas e os socialistas, como o que ocorreu em torno da acusação do militante socialista Lorenzo Monaco de que a FOSP tinha um viés anarquista, sendo logo contraposto por três libertários, Sorelli, Leuenroth, e Atílio Gallo, que defendiam a neutralidade da organização, mesmo reconhecendo a importância dos anarquistas no sindicalismo revolucionário paulista:

Monaco – Nada tem a dizer a respeito da relação porque esteve for a de São Paulo por muito tempo. Limita-se a citar frases de um manifesto publicado pela Federação há dois anos e meio. Diz que a Federação tem caráter anarquista, coisa esta que prejudica o movimento por ser contrária às ideias de uma parte dos operários.

Sorelli – O Monaco não deve-se limitar a fazer afirmações, mas deve trazer fatos. Convido o companheiro a citar um só caso em que a Federação tenha abandonado a sua neutralidade.

¹⁶ Os dados completos sobre o *Segundo Congresso Operário de São Paulo* se encontram nos suplementos da edição do dia 1 de maio de 1908 do jornal *A Lucta Proletaria*, que era o órgão oficial da FOSP.



Edgard – Os atos da Federação se discutem sempre que seja preciso e não se espera para isto a realização de um congresso. A relação da Federação é apenas uma ata e só se deve discutir se os fatos citados são ou não verdadeiros. Acho que não se deve continuar a discussão sobre o caminho pelo qual foi enveredado.

Gallo- É do parecer do Edgard.

Sorelli – Não está de acordo com Edgard e crê que a discussão continue.

Edgard – Responde ao Monaco: Os anarquistas foram até agora os mais ativos no movimento operário e é muito natural que eles procurem desenvolver ali a propaganda de suas convicções. Por que os críticos não fazem o mesmo e não vêm ao movimento para também ter a facilidade de divulgar as suas publicações? (A LUCTA PROLETÁRIA, 01/05/1908, p. 04).

Edilene Toledo (2004b, p. 297) sustenta que no ano de 1906 existiam três jornais anarquistas em São Paulo e que tinham perspectivas distintas sobre o sindicalismo:

O grupo anarquista do jornal *A Terra Livre* acusava os anarquistas adeptos do sindicalismo revolucionário, que se reuniam em torno do jornal *Il Libertario*, dirigido por Sorelli, de terem abandonado o anarquismo. O jornal *A Terra Livre* argumentava que era necessário estar em meio aos trabalhadores, mas para fazer propaganda do anarquismo e não para lutar por um programa mínimo de conquistas, seguindo as ideias do anarcocomunismo de Malatesta, que vimos no primeiro capítulo. Os sindicalistas do *Il Libertario* respondem que viam nas associações, além das conquistas imediatas, uma escola de consciência e, sobretudo, um terreno de luta real e que não acreditavam errar ao participar do movimento operário, ainda que esta não correspondesse as ideais anarquistas. Os anarquistas do *La Battaglia*, no mesmo período, afirmavam que não era possível equilibrar as teorias anarquistas com a prática sindicalista. Os sindicalistas do *Il Libertario* responderam que os próprios “puritanos do anarquismo” não mantinham a coerência e que as condições do ambiente não permitiam a ninguém manter a coerência, ou seja, argumentam que era possível ser anarquista na teoria, como eles se declaravam, mas não na prática. Portanto, os anarquistas reunidos no jornal *Il Libertario*, que na prática atuavam no sindicato como sindicalistas revolucionários, enfrentavam duras polêmicas tanto com os anarquistas do *La Battaglia* quanto como os do *A Terra Livre*, que achavam que os sindicatos deveriam ser anarquistas e, seguindo claramente as ideias de Malatesta, que os anarquistas deveriam fazer propaganda nos sindicatos.

Do nosso ponto de vista, a análise dessa autora merece algumas objeções, tanto no que se refere à afirmação de que o jornal *A Terra Livre* acreditava que os sindicatos deveriam ser anarquistas, quanto na análise que ela realizou sobre a polêmica que envolveu *Il Libertario* e *A Terra Livre*¹⁷

¹⁷ *Il Libertario* foi um jornal anarquista redigido em italiano que teve apenas três edições entre outubro de dezembro de 1906 e possuía um viés organizacional. O responsável pela administração do jornal era Francisco de Paola e o redator Giulio Sorelli.



A oposição entre esses dois jornais anarquistas se iniciou quando *Il Libertario* afirmou na sessão “La colonna delle domande” que havia recebido um cartão postal assinado com as siglas X.Z., perguntando se os anarquistas deveriam fazer parte das associações operárias que estabeleciam que, para se trabalhar em uma oficina, os trabalhadores deveriam estar sindicalizados.¹⁸ O jornal responde que na medida do possível era preferível não recorrer a métodos coercitivos, mas que as condições do ambiente podem levar a necessidade de medidas mais drásticas, admitindo que, se fosse do interesse geral dos trabalhadores organizados, seria justo que o sindicato estabeleça que, para se trabalhar em um determinado local a filiação sindical fosse obrigatória (IL LIBERTARIO, 06/11/1906, p. 03). *A Terra Livre* discordou dessa posição, argumentando que o sindicato é um grupo de ação que deve ser organizado pela solidariedade voluntária e não por um “arrebanhamento forçado” [sic], se colocando assim contra essas medidas autoritárias: “A coação exercida sobre os não associados gera ódios e crumiros [sic], prontos a aproveitarem a primeira greve – se a sociedade operária lhes fechou a portas da oficina” (ATL, 27/11/1906, p. 01).

Il Libertario, contrapondo a afirmação de *A Terra Livre* citada acima, sustentou que as condições concretas podem levar a medidas que não são coerentes com a ideologia anarquista, como a defesa da sindicalização forçada como garantia de trabalho em uma dada oficina ou fábrica. O jornal cita que na Europa e, principalmente na França, essa prática tem tido êxito na luta contra a arrogância capitalista e os riscos dos “trabalhadores inconscientes” boicotarem a organização sindical foi eliminada. Argumenta ainda que a organização forçada seria até bom para os próprios “trabalhadores inconscientes”, pois eles terão meios de estudar os propósitos das sociedades de resistência e entenderão que a imposição foi feita em seu próprio benefício, porque a organização sindical é a defesa dos seus próprios interesses (IL LIBERTARIO, 01/12/1906, p. 01-02).

A discussão termina em 9 de dezembro de 1906, com a réplica de *A Terra Livre*, já que o *Il Libertario*, teve a sua última edição publicada em 1 de dezembro de 1906. *A Terra Livre* destacou que *Il Libertario* cometeu um equívoco ao analisar o sindicalismo na França, pois lá essas práticas autoritárias não eram vigentes:

E quanto aos sindicatos franceses, francamente a nossa surpresa subiu de ponto! Pois se foi precisamente em França onde teve vó, senão origem o sindicalismo revolucionário, federalista e autonomista, o direito sindical,

¹⁸ Edilene Toledo (2004b) cita como fonte de referência para o debate entre esses dois jornais a edição de 1 de dezembro de 1906 de *Il Libertario*, já da nossa parte recuperamos o debate na íntegra por meio de uma análise de ambos os jornais.



baseado sobre a iniciativa das minorias ativas, sobre a voluntariedade! Leiam, por exemplo, a este propósito, *As bases do sindicalismo*, de Pouget, sobretudo o último capítulo. Em discussão com os alemães, *La Voix du Peuple* mostrou várias vezes até com frios algarismos – que não dizem tudo, porém- a superioridade do sindicalismo francês, menos numeroso e endinheirado, mas mais ativo, mais ardente, mais revolucionário, do que as pesadas organizações alemãs, muito mais numerosas e ricas, mais inertes e pouco vitoriosas (ATL, 09/12/1906, p. 01).

A partir do que foi citado acima, chegamos à conclusão de que o debate não ocorreu devido ao fato de o grupo de *Il Libertario* sustentar teorias anarquistas e na prática atuar como sindicalista revolucionário, sendo contraposto por *A Terra Livre*, que argumentava que os sindicatos deveriam ser espaços de propaganda anarquista; mas por outros motivos que não foram elencados por Toledo (2004b).

Do nosso ponto de vista, a discussão envolveu dois jornais anarquistas de um viés organizativo, que em seus grupos editoriais contavam com militantes atuantes nas organizações sindicalistas revolucionárias paulistas. O epicentro da discussão foi o fato de *Il Libertario* acreditar que em dadas ocasiões, mesmo que contrariando a ideologia anarquista, medidas autoritárias podem ser tomadas pelo movimento operário, como a filiação sindical compulsória, para se trabalhar em uma oficina ou fábrica, enquanto que *A Terra Livre* era contra esses meios, pois observando o caso do sindicalismo revolucionário francês, acreditava que a solidariedade sindical não poderia ser forçada e era mais vantajoso sindicatos menores e compostos por minorias atuantes do que organizações com grande número de filiados e que não envolviam militantes comprometidos seriamente com a causa operária. Assim, *A Terra Livre* não acusou os anarquistas de *Il Libertario* de terem abandonado a ideologia, mas sim de serem autoritários:

Diz nos que essas ideias foram sustentadas e praticadas antes deles por muitos anarquistas de indiscutível sinceridade. Não o sabíamos! Quem foram eles? Se existem, não duvidaremos da sua sinceridade, como não duvidamos da dos camaradas do Libertário, não os acusaremos de crime lesa anarquia, mas diremos que defendemos contra a sua doutrina autoritária e de velho corporativismo, trade-unionista, as ideias libertárias e neo-sindicalistas! (IBIDEM).

Em contraposição à afirmação de Edilene Toledo (2004b) que *A Terra Livre* defendia sindicatos anarquistas, no nosso entendimento, o jornal foi sempre enfático em defender a neutralidade sindical:

Um “sindicato anarquista”, ou deixaria de ser sindicato, aberto a todos os operários, assim como a livre propaganda de todas as ideais e a todas as



iniciativas de ação operária, e nesse caso seria um simples grupo político, faria franca propaganda anarquista, e não teria vantagem de trazer a ação as massas menos conscientes; ou seria um sindicato com um anarquismo fictício, de surpresa, contradizendo-o e prejudicando a cada momento (AT L, 09/01/1908, p. 01-02).

Analisando a trajetória de *A Terra Livre*, podemos concluir que não dá para defender a ideia de que era adepto de concepções anarcossindicalistas, muito pelo contrário, o posicionamento do jornal era de que as organizações operárias deveriam seguir o modelo sindicalista revolucionário francês e ser neutras, estando abertas a todos os trabalhadores que espontaneamente quisessem se filiar ao sindicato. Porém, mesmo que abertos a todos, sem distinção de ideologia ou crença, o jornal acreditava que os sindicatos eram um espaço importante para os militantes anarquistas atuarem e divulgarem as suas ideias a fim de que um dia o movimento operário organizado tomasse parte no processo revolucionário que daria fim à sociedade burguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1980, surgiram alguns estudos historiográficos que buscaram analisar o anarquismo em São Paulo e acabaram por classificar *A Terra Livre* como um jornal anarcossindicalista, que fazia uma contraposição à perspectiva dos anarco-comunistas do jornal *La Battaglia*, que era contrário à organização sindical. Embora, essa perspectiva historiográfica tenha colaborado em trazer à tona as discussões entre os grupos anarquistas que tinham pontos de vista divergentes sobre o movimento operário organizado, nós acreditamos com base na análise de todas as edições do jornal *A Terra Livre*, que o mesmo não pode ser classificado como anarcossindicalista e nem mesmo como contrário ao anarco-comunismo.

O anarco-comunismo, como podemos observar com base nos textos de Kropotkin, Reclus e Malatesta que aparecem em *A Terra Livre*, não pode ser visto como equivalente a uma corrente dentro do anarquismo que é contrário aos sindicatos, pois é, de fato, uma interpretação sobre a sociabilização dos bens em uma sociedade que já haveria superado o modo capitalista de produção. Essa perspectiva surgiu entre os anarquistas que passaram a pautar que o modo mais justo de distribuição das riquezas seria por meio da retribuição dos bens baseada nas necessidades pessoais e coletivas, e não com base no trabalho individual realizado, como preconizava os anarquistas coletivistas.



As ideias anarco-comunistas foram dominantes no Brasil da Primeira República, influenciando militantes anarquistas organizadores e antiorganizadores. Embora *A Terra Livre* não se definisse explicitamente como anarco-comunista, o jornal foi um grande difusor dessa corrente, ao publicar vários textos de autores anarco-comunistas de fama internacional, como Reclus, Malatesta e Kropotkin e também publicando e vendendo vários livros, panfletos e opúsculos desses militantes por meio da *Biblioteca da Terra Livre*, que era mantida pelos editores do próprio periódico. Portanto, não há sentido em colocar *A Terra Livre* como contrário ao anarco-comunismo, mas sim como um adepto dessa causa.

Mesmo o anarco-comunismo permanecendo como a corrente dominante entre praticamente todos os anarquistas de São Paulo, havia uma divergência sobre como chegar a essa finalidade revolucionária entre os antiorganizadores de *La Battaglia* e os organizadores de *A Terra Livre*. Se, para o primeiro grupo, os sindicatos eram apenas reformistas e legitimadores da ordem dominante, já para os segundos, mesmo que lutando por melhorias e direitos básicos, eram um espaço em que os anarquistas deviam estar para lutar junto aos trabalhadores e divulgarem as suas ideias.

Na luta pelo advento da sociedade anarquista, os militantes envolvidos com *A Terra Livre* procuraram se inspirar no modelo sindicalista revolucionário francês, que pautava que, inflexivelmente ligadas à luta de classes por melhorias econômicas, as organizações sindicais não deviam se vincular a uma corrente política, mas se manterem neutras, unindo os trabalhadores pelos interesses sociais e econômicos que tinham em comum. Ainda que se mantivessem neutros em seus estatutos, os sindicatos eram vistos como espaços abertos ao livre debate, estando os anarquistas presentes e divulgando as suas ideias entre os trabalhadores com o objetivo de que um dia as organizações operárias caminham para a revolução social. Ao escolher o modelo sindicalista revolucionário, o jornal se, manteve contrário ao anarcossindicalismo, ao considerar que adoção do anarquismo por uma organização de caráter de luta econômica, como os sindicatos, seria uma medida autoritária que afastaria muitos dos trabalhadores que são adeptos de outras perspectivas políticas.

O jornal *A Terra Livre*, entre fins de 1905 e 1910, se configurou como um dos mais importantes jornais anarquistas de viés organizativo do Brasil. Ele teve um papel importante na divulgação das ideias anarco-comunistas e na consolidação do sindicalismo revolucionário como estratégia de luta do movimento operário em âmbito nacional, tanto através da participação dos seus editores e colaboradores nas organizações sindicais e encontros operários, quanto através da divulgação dos métodos de luta preconizados pela CGT na França.



REFERÊNCIAS

- A LUCTA PROLETARIA. Suplemento ao N. 14 da Luta Proletaria: Relação do Segundo Congresso Operário Estadual. **A Lucta Proletária**. São Paulo, ano III, nº 14, 1 mai. 1908. p. 4.
- A TERRA LIVRE. A Conferência Operária. **A Terra Livre**. São Paulo, ano I, nº 23, 22 dez. 1906. p. 1.
- A TERRA LIVRE. A Terra Livre Semanal. **A Terra Livre**. São Paulo, ano II, nº 33, 10 mai. 1907. p. 1.
- A TERRA LIVRE. Acaba de aparecer o Comunismo Anárquico por Pedro Kropotkine. **A Terra Livre**. São Paulo, ano III, nº 54, 09 jan. 1908. p. 4.
- A TERRA LIVRE. Associação forçada ou voluntária? **A Terra Livre**. São Paulo, ano I, nº 21, 27 nov. 1906. p. 1.
- A TERRA LIVRE. Associação forçada ou voluntária? **A Terra Livre**. São Paulo, ano I, nº 22, 09 dez. 1906. p. 1.
- A TERRA LIVRE. Atenção. **A Terra Livre**. São Paulo, ano III, nº 64, 03 set. 1908. p. 4.
- A TERRA LIVRE. Dentro das associações. **A Terra Livre**. São Paulo, ano I, nº 6, 24 mar. 1906. p. 4.
- A TERRA LIVRE. Federação Operária de S. Paulo. **A Terra Livre**. São Paulo, ano I, nº 17, 22 set. 1906, p. 4.
- A TERRA LIVRE. Generalidades. **A Terra Livre**. São Paulo, ano I, nº 1, 01 dez. 1905. p.01.
- A TERRA LIVRE. Movimento operário e aspirantes a chefes. **A Terra Livre**. Rio de Janeiro, ano III, nº 54, 9 jan. 1908. p. 1-2.
- A TERRA LIVRE. Operários! Lêde o interessante livro de Eliseu Reclus. **A Terra Livre**. São Paulo, ano I, nº 3, 7 fev. 1906. p. 3.
- A TERRA LIVRE. Os sindicatos alemães. **A Terra Livre**. São Paulo, ano I, nº 17, 12 abr. 1906. p. 3.
- A TERRA LIVRE. Pró-Rússia Livre. **A Terra Livre**. São Paulo, ano I, nº 2, 1 jan. 1906. p. 3.
- A TERRA LIVRE. Sobre o congresso operário. **A Terra Livre**. São Paulo, ano I, nº 10, 13 jun. 1906. p.04.
- A TERRA LIVRE. Sociedades de resistência. **A Terra Livre**. São Paulo, ano I nº 2, 13 jan. 1906. p.1.



ALVARENGA, Lucas Thiago Rodarte. **Nos bastidores de um jornal anarquista:** as mobilizações de um grupo de propaganda para a publicação do jornal *A Terra Livre* (1905-1910). *Revista Latino-Americana de História*, vol.7, n°19 – jan./jul. de 2018, p.44-62.

BIONDI, Luigi. Anarquistas italianos e São Paulo: O grupo do jornal anarquista *La Battaglia* e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos. **Cad. AEL**, Campinas-SP, n. 8/9, p.117-157, 1998. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/443512/anarquistas+italianos+em+sao+ paulo.pdf>. Acesso: 07/07/2022.

CORRÊA, Felipe. **Bandeira negra:** discutindo o anarquismo. Curitiba: Prismas, 2015.

CORRÊA, Felipe. O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional dos trabalhadores à emergência na América Latina. *In:* SANTOS, Kauna Willian dos; SILVA, Rafael Viana (org.). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. Curitiba: Prismas, 2018, p. 19-69.

IL LIBERTÁRIO. La colonna delle domande. **Il Libertário**. São Paulo, ano I, n° 2, 6 nov. 1906. p. 03.

IL LIBERTÁRIO. Per intenderci. **Il Libertário**. São Paulo, ano I, n°3, 1 dez. 1906. p. 1-2.

KHOURY, Yara Aun. Edgard Leunroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. *In:* FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1881-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KROPOTKIN, Piotr. **A conquista do Pão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

LEVAL, Gaston. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário**. São Paulo: Imaginário, 2007.

MAGNANI, Sílvia Ingrid Lang. **O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAITRON, Jean. Ravachol y los anarquistas. Madri: HuerGay Fierro, 2003.

MALATESTA, Errico. O comunismo livre: diálogo. **A Terra Livre**. São Paulo, ano III, 25 n° 55, jan. 1908, p. 3.

MALATESTA, Errico. O Congresso de Amesterdam. **A Terra Livre**. São Paulo, ano III, n° 56, 10 fev. 1908. p. 3.

MALATESTA, Errico. Que querem então os anarquistas? **A Terra Livre**. São Paulo, ano IV, n° 65, 01 jan. 1910. p. 3.

MITCHELL, Barbara. French syndicalism: an experimente in practical anarchism. *In:* VAN DER LIDEN, Marcel; THORPE, Wayne. **Revolutionary syndicalism an international perspective**. Brookfield, EUA: Gower Publishing Company, 1990. p. 25-41.



MONATTE, Pierre. Em defesa do sindicalismo. *In*: WOODCOCK, George (org.). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1981. p. 201-207.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. “Anarquismo e Revolução”: militância anarquista e estratégia do sindicalismo no Brasil da Primeira República. *In*: SANTOS, Kauna Willian dos; SILVA, Rafael Viana (org.). **História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas**. Curitiba: Prismas, 2018. p. 207-242.

POMINI, Igor Pasquini. **Autogestão, sindicalismo e moderação: a CNT e a revolução espanhola (1936-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2021.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil: documentos (1889-1930)**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1970.

RECLUS, Élisée. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista**. São Paulo: Imaginário, 2002.

RECLUS, Élisée. Porque somos revolucionários? **A Terra Livre**. São Paulo, ano: IV, nº66, 19 jan. 1910. p. 1.

SAMIS, Alexandre. Linhagens de um clássico. *In*: KROPOTKIN, Piotr. **A conquista do pão**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011. p. 7-11.

SAMIS, Alexandre. Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes. **Revista Navegar**, Rio de Janeiro, v.3, nº 4, jan./jun., p. 10-38. 2017. Disponível em: http://www.labimi.com.br/navegar/edicoes/04/Navegar_4_completa.pdf. Acesso em 07/07/2022.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. *In*: COLOMBO, Eduardo (org.). **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário, 2009, p. 125-183.

SANTILLAN, Diego Abad de. **La Fora: ideologia y trayectoria del movimiento obrero revolucionário em la Argentina**. Buenos Aires: Libros de Anarres. 2005.

SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e anarcossindicalismo**. São Paulo: Ática, 1987.

SORELLI, Giulio. Incominciando. **Il Libertário**. São Paulo, ano I, nº 1, 10 Out. 1906. p. 1.

TOLEDO, Edilene. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004a.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)**. Campinas, SP: Unicamp, 2004b.

VAN DER WALT, Lucien. Revolução mundial: para um balanço dos impactos, da organização popular, das lutas e da teoria anarquista e sindicalista em todo mundo. *In*: FERREIRA, Andrey Cordeiro (org.). **Pensamento e práticas insurgentes: Anarquismo e**



Autonomia nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI. Niterói: Alternativa, 2016. p. 81-118.

VASCO, Neno. O Anarquismo no sindicato. In: VASCO, Neno; CRISPIM, João. **Anarquistas no sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014. p. 35-41.

WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas: Vol.01. A Ideia**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas: vol.02: o movimento**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

JORNAIS E ARQUIVOS CONSULTADOS:

A TERRA LIVRE. São Paulo, 1905-1910. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A LUCTA PROLETÁRIA. São Paulo, 1908. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

IL LIBERTÁRIO. São Paulo, 1906. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Recebido em: 29 de julho de 2022

Aceito em: 10 de outubro 2022